Acervo ISA

CEDI - P.I.B.
DATA 21 / 12 / 87
COD B2D00023

OS EMPREENDIMENTOS COLONIAIS E OS ESPAÇOS POLITICOS INDIGENAS NO INTERIOR DA GUIANA OCIDENTAL (ENTRE O ORENOCO E O CORENTINO) DE 1613 A 1796

Simone DREYFUS-[redacted]
[redacted]
Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales,
Paris.

A visão antropológica das sociedades ameríndias das terras baixas não é homogênea. Para alguns autores, o ser social ameríndio é determinado pelos traumatismos contemporâneos causados pelos contatos e atritos inter-étnicos; muitos (sobretudo entre os antropólogos brasileiros) questionaram com muita propriedade a noção de **tradição** para rejeitar sua utilização exclusivamente passadista e para relativizá-la, conscientes de que as mudanças do passado produziram as tradições de hoje e que o presente fabrica as tradições de amanhã. Outros estudam a etno-história, subdisciplina bastante mal definida, entendida mais frequentemente como a história das etnias, principalmente das etnias sem escrita, definição que nos leva de volta à definição de etnia como categoria objetiva do socio-cultural, que atravessaria a história, que se poderia tomar e acompanhar ao longo do tempo... A exemplo daqueles que trabalham atualmente com as identidades étnicas, acredito, antes, que a etnia é antes de tudo a consciência de um Eu coletivo ou partilhado, que se faz e se desfaz nos contextos históricos, nas oposições e nas diferenças. Não desejo me aprofundar aqui em uma crítica desta concepção da etno-história, que não é meu assunto. Limitar-me-ei a dizer que prefiro a denominação de **antropologia histórica** para as pesquisas que são totalmente históricas (resgatar os sistemas sociais do passado), mas cujas fontes, alheias às sociedades estudadas, dão informações de 2o grau que só podem se tornar significativas em relação aos conhecimentos e aos conceitos da antropologia, motivo pelo qual os historiadores não se dedicam a esse tipo de história.

Em meu trabalho anterior (1), tentei mostrar que a antropologia histórica modifica ainda uma outra visão das sociedades ameríndias (manifesta no 3o volume do "*Handbook of South American Indians*"), que predominou em antropologia até bem recentemente e que é subjacente às teses de P. CLASTRES sobre os sistemas políticos ameríndios, sendo ainda partilhada por numerosos colegas. Trata-se da visão de pequenas sociedades atomizadas, autônomas e mesmo isoladas umas das outras, constituídas de conjuntos restritos (pelo

Acervo ISA

número e pela extensão do espaço ocupado) de grupos locais ligados pelo parentesco (2). Esta visão, que diz respeito às sociedades atuais pretensamente "tradicionais", é projetada no passado, como se a imagem recebida tivesse sido imobilizada num "eterno ameríndio" (como se diz em francês um "eterno feminino"...) (3). Ora, a situação observada no seculo XX é o produto de uma história fortemente "aquecida" a partir do século XVI, mesmo para os grupos descobertos no recôndito das florestas em diversas ocasiões. O fato de que estes se tenham concentrado em zonas afastadas e inexploradas pelos nacionais mostra que, numa determinada época, a história revolucionou suas condições de vida e, conseqüentemente, o sistema de suas relações sociais e de suas relações com o mundo. Penso nos Aché do Paraguai, destituídos de partes inteiras de sua cultura guarani do século XVI, ou nos Arawete, cujo canibalismo passou das relações entre os homens para as relações entre os deuses. A história nunca permanece imóvel; pontuada de tempos fortes ou esticada por períodos em que o tempo parece simplesmente transcorrer, ela é vivida com uma consciência histórica mais ou menos ~~aguda~~ (o que C. LEFORT denominou "o grau de historicidade") ou, ao contrário, na mitificação do acontecimento e com uma percepção da temporalidade muito diferente da nossa. Quando não atinge o *status* de representação coletiva, nem por isso ela escorrega impunemente no sistema social inteiro. Esta situação de "inconsciência" histórica (no sentido psicanalítico da palavra) - quase de recalque, poder-se-ia dizer - caracteriza as sociedades amazônicas ou, antes, caracterizava-as até a atual tomada de consciência, desigual em sua extensão e suas conseqüências, o que não é meu assunto. Gostaria de mostrar que a história, desde a época colonial, transformou profundamente as estruturas sociais indígenas, pelo menos disto nos certificam aquelas cujos documentos (forçosamente) europeus nos deixam testemunho.

O QUADRO GEOGRAFICO

A região estudada é o interior da Guiana Ocidental, por muito tempo desconhecido das explorações científicas mas muito rapidamente cobiçado pelos pesquisadores do El Dorado. As vicissitudes da história indígena, associadas às implantações coloniais na "costa selvagem das Guianas", são bastante conhecidas, assim como as localizações e a diminuição, a partir do século XVI, dos estabelecimentos costeiros caribes (na verdade, karinya ou kalinya), arawak (na verdade, lokono) e warao. Por outro lado, a situação de conjunto no interior das terras, desde o curso médio dos rios que se lançam no Atlântico até os rios que se juntam à bacia Amazônica, pouco foi objeto de trabalhos antropológicos, que trataram apenas de casos precisos, relativos a populações específicas, excetuando-se a tese,

Acervo ISA

bastante recente, de Nadia FARAGE, que ainda não tive oportunidade de conhecer e que trata dos ... povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Apesar das lacunas em minhas informações e nos documentos cujo conteúdo é função dos acasos da penetração européia, desejo esboçar um panorama geral das relações inter-étnicas e das flutuações políticas na parte ocidental desta grande "ilha continental", circunscrita a norte e a leste pelo Atlântico, a oeste pelo Orenoco e o Rio Negro, ao sul pelo Amazonas. A fronteira oriental que traço neste meu estudo, no eixo Corentino-Alto Trombetas, não tem significação do ponto de vista indígena; corresponde, entretanto, a uma densidade maior das fontes utilizadas até agora, em razão dos conflitos, dos choques das zonas de influência das diversas naçoes européias e do papel desempenhado pelos holandeses nas relações inter-étnicas indígenas. Esta fronteira oriental, de pura comodidade, evidentemente não corresponde a uma ruptura da povoação autóctone, nem de suas vias de comunicação. Espero poder, a seguir, estender minhas pesquisas até as fronteiras naturais, hidrográficas, das Guianas, sabendo que elas nunca constituíram barreiras culturais (4).

O QUADRO CRONOLOGICO
(1613-1796)

Sabe-se que Walter RALEIGH foi, em 1595, o primeiro a subir o Orenoco até a sua confluência com o Caroni, que seu tenente Laurent KEYMIS fez em 1596 um reconhecimento da costa até o delta do Orenoco e efetuou o primeiro levantamento dos rios e das populações costeiras. Não houve, antes das viagens elizabetanas, nenhuma penetração das terras da margem direita do Orenoco e do interior leste. Os espanhóis de Trinidad empreenderam, em 1612 e 1613, expedições à embocadura do Corentino, de onde foram expulsos pelos holandeses, que já se haviam instalado ali graças à ajuda dos índios "Carib" (Karinya). Para consolidar sua presença, os colonos holandeses, sob a liderança de Groenewagen (5), desertor dos estabelecimentos espanhóis que se colocou a serviço de seus compatriotas, edificaram em 1613 o primeiro forte europeu da costa guianesa no estuário do Essequibo. Este forte de Kijkoveral foi o ponto de partida de sua colonização, implantada de forma durável a partir de 1616 no Essequibo e depois, pouco a pouco, em todos os outros cursos inferiores e médios dos rios da Guiana Ocidental, onde a fundação da Companhia Holandesa das Indias Ocidentais, em 1621, oficializou o comércio de escravos africanos e indígenas.

No decorrer do século XVII, os espanhóis se estabeleceram apenas esporadicamente no Médio Orenoco, devido às incursões holando-karinya (reforçadas pelos Kalinago/Kaliponam (6) vindos das Pequenas Antilhas) e à hostilidade da maioria dos grupos índios (que, por sinal,

Acervo ISA

nem sempre eram aliados dos Karinya). O curso superior do rio permaneceu por muito tempo inacessível.

Entre o Amacuro e o Maroni, a costa foi objeto de várias tentativas de implantação, efêmeras para todos os europeus, exceto os holandeses que em 1637 se encontravam no delta do Orenoco (Amacuro) e no Baixo Berbice, onde tinham assegurada a aliança dos Karinya e dos Lokonó locais. Em direção ao interior, lançavam expedições a partir de seus postos nos cursos médios do Cuyuni, do Mazaruni e do Essequibo que, sem lhes dar o controle do território, permitiam que seus mercadores ambulantes (ancestrais dos regatões), aventureiros solitários mas familiarizados com os indígenas, sulcassem a Alta Guiana, da costa Atlântica talvez até o Rio Branco, desde os primeiros anos do século XVII. Se exploradores ainda buscavam o El Dorado nessa época (que alguns tentavam atingir pelo lado contrário, pelo Oiapoque ou pelo Amazonas onde as expedições inglesas foram numerosas entre 1604 e 1633) (8), os comerciantes habituados às dificuldades da viagem em canoa e ~~pelos~~ "portages" (9), sabiam que as únicas riquezas do interior eram as das florestas (tinturas como o urucum, resinas, madeiras preciosas) e a mercadoria humana que se tornou pouco a pouco, sob a pressão da demanda, uma presa nas guerras indígenas.

Concluída, em princípio, pela Paz de Breda (1688), a partilha colonial foi freqüentemente colocada em questão, à medida dos acontecimentos havidos no território e da evolução da política européia. Foi apenas quase um século mais tarde, após a viagem à confluência do Guaviare empreendida pela Comissão das Fronteiras, dirigida pelo espanhol Solano em 1758-1760, que os ribeirinhos do Médio Orenoco, em particular os Fuinave e seus aliados ou dependentes, aceitaram a tutela espanhola (a fim de se proteger contra os Manao) e que foi assinado um tratado com os portugueses, partilhando entre as duas potências coloniais a região do Cassiquiare: em direção ao Orenoco para os espanhóis e em direção ao Rio Negro para os portugueses. Anteriormente, o território interior, cobiçado desde os afluentes da margem direita do Orenoco pelos missionários Capuchinhos catalãos, havia sido deixado para os holandeses pelo Tratado de Utrecht (1713), até a linha divisória das águas, no Maciço das Guianas, dos rios que correm para o Amazonas. Para os portugueses, reconhecia-se a zona que ia dessa linha até o Amazonas, como comprovam seus fortes de São José dos Marabitanas, no Rio Negro, e de São Joaquim, no Rio Branco. Nos séculos XVII e XVIII, a Guiana Ocidental é, portanto, um jogo permanente entre as potências Portugal, Espanha, Províncias Unidas (Países Baixos), França e Inglaterra (tendo esta, em Utrecht, apoiado as reivindicações portuguesas com o objetivo de conter a expansão dos franceses de Caiena), que disputam entre si o controle dos principais rios.

Apesar das repercussões no território americano dos incessantes conflitos entre potências européias, os

Acervo ISA

holandeses permaneceram dominantes na Guiana Ocidental até as guerras da Revolução Francesa e Napoleônicas. Em 1796, sua colônia foi atribuída, por tratado, aos ingleses, que ali se instalaram de forma inicialmente instável e, depois, ininterrupta a partir de 1814 até a independência no século XX.

A possessão inglesa mudou radicalmente a situação, pela abolição da escravatura a partir de 1807 e, para os índios do interior, pelo rompimento das relações estabelecidas há dois seculos com a administração colonial e com os comerciantes itinerantes, relações cuja compreensão e necessária para a análise dos espaços políticos indígenas, como veremos.

1613 e 1796 são, portanto, datas importantes entre as quais se instala, funciona e desaparece um sistema complexo de alianças, de guerras, de tráficos entre os diferentes grupos índios, entre alguns deles e cada uma das nações européias, tendo a presença holandesa, nesse teatro de operações, uma importância preponderante e singular. Preponderante, porque mantinha solidamente a costa desde o Waini até o Maroni e controlava as únicas vias, fluviais, de comunicação com o interior, com exceção do Orenoco e de seu afluente Caroni, onde os Capuchinhos catalãos, após os fracassos anteriores, conseguiram se manter de 1725 ao fim do século XVIII (10). Todavia, assim como as outras potências, os holandeses não puderam delimitar as fronteiras sul e sudeste de sua colônia (Alto Corentino e Alto Trombetas), como prova a incapacidade de sua Companhia de responder à pergunta sobre seu traçado exato, levantado por seu governador GRAVESANDE em 1747 (11). Trinta e cinco anos após sua assinatura, o Tratado de Utrecht não era nem um pouco respeitado na região.

Singular no sentido em que, contrariamente aos portugueses e, sobretudo, aos espanhóis, os holandeses jamais tiveram por objetivo impor sua soberania aos índios, nem "civilizá-los" e cristianizá-los. Os Irmãos Morávios, missionários, tentaram a partir de 1738 fixar-se na costa (12) onde obtiveram algum sucesso junto aos Lokono, na embocadura dos rios Berbice, Corentino, Saramaca e Suriname. Suas missões desapareceram umas após as outras, entre 1761 e 1779, devastadas pelas epidemias e pelos assaltos dos Negros Marrons. Apenas uma delas sobreviveu até 1806 no Corentino, mas foi finalmente abandonada, após ter sofrido as mesmas calamidades que as outras. Não se distingue nenhuma implantação missionária na colônia holandesa. Nos anos cinquenta do século XVIII, os Capuchinhos catalãos tentaram avançar em direção leste e penetrar na bacia do Essequibo utilizando os Akawaio (Kapon) contra os Karinya que se opunham a eles. Foram expulsos e os holandeses recusaram-lhes até a possibilidade de comerciar no Cuyuni (13).

O objetivo perseguido pela Companhia e pelos colonos holandeses foi puramente, e tão completamente quanto possível, mercantil. Para extrair o máximo das riquezas de um interior difícil de ser subjugado e, mais ainda, de ser

Acervo ISA

povoado, eles tinham necessidade de intermediários indígenas, bastante fortes para efetuar ataques a longa distância, bastante numerosos e espalhados para estar em contato com a maior parte dos autóctones do litoral até a Alta Guiana e suficientemente integrados no sistema antigo das relações inter-étnicas para, ao mesmo tempo, utilizá-lo e desviá-lo em direção ao comércio europeu. Para manter a prosperidade de suas plantações ameaçadas pelos estrangeiros e, mais ainda, pela fuga e as revoltas de seus escravos negros, eles se serviram de verdadeiras milícias indígenas. Os Karinya sobretudo, os Akawaio e outros tiveram papéis importantes nesse jogo colonial.

AS RELAÇOES INTER-ETNICAS INDIGENAS

No artigo que mencionei acima, insisti na extensão, notável desde o século XVI, da complexa rede dos laços de natureza diversa que ligavam, diretamente ou através de intermediários, as populações indígenas das ilhas (hoje Pequenas Antilhas) ao Amazonas. Rede que constitui um espaço politico de comunicação social e ideológica (14), um espaço de circulação de bens, de pessoas, de valores. Espaço evidentemente discontínuo, não nitidamente delimitado, maleável em suas fronteiras, flutuante em sua morfologia, espaço ao qual nenhum sistema político unitário (nem a *fortiori* centralizado) dava coesão, constituído pelas relações instáveis de guerra e paz, de trocas rituais e, eu poderia dizer, existenciais (penso no canibalismo). Espaço de "guerra e (de) comércio" que não eram, como escreveu LEVI-STRAUSS em um célebre artigo, atividades antinômicas, sucedendo a primeira ao fracasso da segunda. Guerra e troca apareciam aqui como aspectos, facetas, às vezes momentos, diferentes do mesmo processo de constituição e de reprodução das identidades sociais, numa dialética identidade-alteridade que é atualmente objeto de numerosas pesquisas.

O grande circuito de trocas que percorre a Alta Guiana e a Grande Savana, revelado por IM THURN em 1883, sempre ativo e muito estudado desde então (15), é uma instituição muito antiga, certamente pré-colombiana. Até o século XVII ela repousa na captura recíproca, entre inimigos não ocasionais, de prisioneiros de guerra para a realização dos rituais antropofágicos; no rapto, igualmente recíproco, de esposas; e nas trocas de bens regulamentadas pela parceria, graças à qual dois indivíduos se garantiriam mutuamente salvaguardas e aquisição de bens preciosos em suas respectivas aldeias, mesmo em tempo de guerra. Pode-se seguir, através dos séculos e em toda a extensão dos territórios indígenas a leste do Orenoco, o traço da persistência da instituição graças à palavra *pawana*, que designa o parceiro, notada nos Kalinago/Kaliponam das Pequenas Antilhas pelo Padre Breton em 1665 (16) e considerada até nossos dias por THOMAS como "um conceito

Acervo ISA

fundamental" dos Pemon e dos Yekuana (17). De fato, tanto a palavra quanto a coisa designada são panguianesas.

Sabe-se que a cada ano, com a chegada da estação da seca (por volta de março), formavam-se as "armadas" de várias centenas de homens cada, que iam levar guerra e mercadorias a seus inimigos, subindo ou descendo os rios conforme seu ponto de partida (18). Estamos evidentemente menos mal documentados, para o século XVI, sobre os empreendimentos das populações insulares e costeiras do que sobre as do interior, em sua maior parte desconhecidas dos europeus. De norte a sul (de Guadalupe ao Médio Orenoco, de Caiena - e mais além? - ao Amazonas), de leste a oeste e vice-versa, todos os grupos participavam, quer queira quer não, desses grandes movimentos periódicos, dirigidos por homens eminentes (*Big Men* ameríndios) cujas condições de acesso à liderança e aos rituais de entronização, como os privilégios socio-políticos (19), foram descritos com precisão nos Kaliponam e nos Karinya. Na medida da amplitude dos ~~parentescos~~ clientelas e clientelas que seus chefes de guerra eram capazes de reunir, alguns ocupavam posições de destaque nas redes de relações multicentradas que cobriam as Guianas. Neste caso, sem dúvida, seriam grupos ou conjuntos de grupos locais Karinya, em razão de seu número, da extensão de suas implantações, de sua belicosidade e de sua habilidade em tirar proveito, muito cedo, das rivalidades entre europeus (devido às quais sucumbiram tantas etnias ameríndias) e da política colonial holandesa. Navegando freqüentemente pela mesma rota que os insulares, em direção ao alto dos rios até 600 léguas da costa, os Karinya parecem ter tido o raio de ação mais amplo, embora nada permita supor que os mesmos viajassem de seus estabelecimentos mais orientais (do Uaça e do atual Amapá) até o sul-sudoeste do Orenoco, onde seus ataques e capturas de prisioneiros (feitas por "carib", supostos Karinya) são assinalados por Francis SPARREY em 1602 (20). De leste a oeste, todavia, a língua dos Karinya era língua franca, língua de escambo e de troca compreendida tanto pelos Tupis do Oiapoque quanto pelos Arawak (entre eles os Kaliponam/Kalinago, cf. *supra* nota 6) e pelos outros Carib (com exceção da familia Cumanagoto, a noroeste do Orenoco) (21). Eles tinham uma parte no mínimo importante na difusão das famosas "pedras verdes" (*lapis nephreticus*, conforme HUMBOLDT e Richard SCHOMBURGK), procuradas por suas virtudes protetoras e curativas, das quais os europeus se tornaram rapidamente tão ávidos (atribuindo-lhes o poder de curar o "grande mal" (epilepsia) e as mordidas de serpente), que a sua demanda esgotou os filões. HUMBOLDT dirá que os espanhóis as compravam a preços consideráveis. Seus soldados as obtinham em Esmeralda, no Orenoco, perto dos "Guaicás e Guaharibos" (yanomami) "que traficavam com os bandos muito mais orientais" (22). Apanhadas provavelmente nas margens do Amazonas pelos índios Tapajós, elas chegavam até o Orenoco, onde foram vistas por Walter RALEIGH em 1595, e até o Atlântico. Cinqüenta anos mais tarde, em 1644, os Karinya de Caiena cessaram sua guerra contra os Palikur e seus aliados

Acervo ISA

"para poder, sem obstáculos em seu caminho, continuar o comércio das pedras verdes que são sua maior paixão" (23). Desses "caribes que comem carne humana" (24) conhecem-se mais inimigos do que aliados, embora se saiba que, no Alto Orenoco, eles dispunham de uma rede de fornecedores de prisioneiros de guerra capturados em outras aldeias que lhes serviram de moeda de troca junto aos holandeses a partir do século XVII, quando a necessidade de mercadorias européias já era imperiosa em todo o interior da Guiana.

O major John SCOTT (25) relata que, por volta de 1638-39, os Akawaio do Alto Essequibo, os Semicorais do Baixo Rio Branco e os Shawhauns do Baixo Rio Negro (cf. mapa) (26) estavam em guerra com as "tribos" das ilhas do Amazonas; os "Carib" aproveitaram-se então da ausência de seus guerreiros para arrasar suas aldeias e, aparentemente, raptar mulheres e crianças.

Como já escrevemos, as alianças e as hostilidades eram em geral mais circunstanciais do que duráveis, tanto entre populações litorâneas quanto entre as das savanas e florestas; todavia, o sentido dos rituais antropofágicos exigia que os prisioneiros pertencessem a grupos em situação recíproca de "identificação com o outro" (27). Se a instabilidade da instituição do canibalismo é conhecida (27), a relação entre os canibais não pode ser ocasional ou deixada ao acaso; o discurso da vingança (de uma impressionante semelhança nos Tupinambás da costa Atlântica e nos Kalinago/Kaliponam das Antilhas) demonstra bem que o sistema repousa numa relação constante, e reversível, entre comedores e comidos. Pode-se, portanto, supor que a transformação das vítimas do sacrifício em "mercadorias" trocadas ou vendidas rompeu a reciprocidade, introduziu uma hierarquia entre os grupos (os que tinham um acesso direto aos bens estrangeiros e os que deviam passar por intermediários) e multiplicou os participantes dos tráficos. Contrariamente às relações entre inimigos ocasionais que continuaram suas oscilações até o final do século XVIII (pelo menos), as relações entre aliados (Karinya/Kalinago) ou inimigos (Karinya/Lokono) permanentes foram, desde o início do século XVII, imobilizadas por sua ligação com os campos europeus. Com algumas exceções (ataque de todos os índios de Trinidad, apesar de seus conflitos tradicionais, contra o forte espanhol; aliança dos Lokono do Berbice com os holandeses contra os Kari'nya de Caiena, em 1644 - que visava, sem dúvida, por parte dos holandeses, dificultar o estabelecimento dos franceses), os Lokono ficaram ao lado dos espanhóis e os Kari'nya ao lado dos holandeses, ou dos ingleses, por pouco que estes fossem inimigos dos espanhóis (28).

Embora o século XVII fosse o século da consolidação colonial, da penetração profunda e incessante dos comerciantes ambulantes e da entrada das mercadorias européias nos circuitos de troca, as guerras indígenas ainda não eram, no início dos anos 80, inteiramente e sempre motivadas pela necessidade de se obter ferramentas de ferro,

Acervo ISA

armas de fogo e álcool. Uma carta de 1680 do comandante do Essequibo à Companhia Holandesa relata que o comércio holandes é dificultado pela guerra entre, de um lado, os índios do Cuyuni, do Essequibo e do Mazaruni e, de outra parte, os Akawaio que vivem mais acima. Em troca do retorno da paz, os holandeses propuseram mercadorias aos beligerantes; estes recusaram a proposta e ameaçaram, caso não os deixassem prosseguir, descer em grande número ao Barima e "mais além", isto é, lá onde se encontravam os colonos. Dois anos mais tarde a guerra continuava, ou havia sido retomada; o mesmo correspondente se queixava de que, por causa dela, o Cuyuni já não fornecia provisões (29). A natureza das relações inter-étnicas indígenas não foi, evidentemente, transformada radicalmente de um dia para outro. Sem dúvida, a cobiça pelas mercadorias e "a extraordinária energia" dos mascates desenvolvida em todas as margens "até no mais longínquo interior" (30) modificaram muito rapidamente o caráter das trocas e das relações entre os grupos. Mas elas não puderam, antes do desaparecimento de vários deles por causa das epidemias e das caças aos escravos, romper os equilíbrios socio-políticos que, por não serem rígidos, tornavam-se menos vulneráveis, nem romper as visões do mundo que, salvo nas missões do Orenoco, a evangelização não havia atingido. Ora, sabemos quanto as guerras indígenas estavam ligadas às crencas e às concepções da pessoa humana e do Eu, que os holandeses não procuravam abalar. Um decreto da Câmara de Zeeland, em 1686, acelerou, ao que tudo indica, a transformação das guerras indígenas em guerras pelo controle das mercadorias européias e as tomadas de vítimas para os sacrifícios canibais em caças aos escravos negociáveis. A redução de índios à escravidão tornava-se ilegal se fosse praticada por cidadãos holandeses, mas estes tinham <u>o direito de comprar os cativos presos por outros indígenas</u> fora dos territórios sob controle holandês... Isto significava fazer das zonas espanholas e portuguesas verdadeiros territorios de caça ao homem e, dos índios aliados, fornecedores necessários. Tratava-se, igualmente, de drenar, desde as margens do Amazonas e do Rio Negro em direção aos estabelecimentos holandeses, o comércio não monetário, o escambo, "*traite*", como chamavam os franceses da época.

O ESCAMBO ENTRE EUROPEUS E INDIGENAS

Sem dúvida porque o estuário comum ao Cuyuni, ao Mazaruni e ao Esséquibo, era um grande centro indígena de escambo, os holandeses ali instalaram seu primeiro forte (cf. *supra* p.). Pouco depois de sua construção, eles haviam feito, em 1614, aliança com os Karinya contra os espanhóis, cuja presença desafiaram até o Orenoco, estabelecendo em 1617 um posto suficientemente próximo dos

Acervo ISA

índios ribeirinhos para traficar com eles. Vinte anos mais tarde, os laços holando-indígenas e seu comércio tinham, conforme uma correspondência espanhola, atingido uma tamanha amplitude que as mercadorias européias chegavam às "cidades" através dos índios, acompanhados às vezes dos holandeses (31). No Amazonas, Pedro TEIXEIRA ouviu falar (em 1625) do comércio com os holandeses e Acuña (1639) pensava que existia uma "comunicação" entre o Essequibo e o Rio Negro que explicava a presença entre os índios Caraguana, que viviam na embocadura do Rio Negro, de ferramentas holandesas "compradas aos índios do norte que (estavam) mais perto do mar" que, por sua vez, "compravam-nas aos "Brancos de cabelos amarelos" (*parana-kiri*, (pessoas) amarelas do mar, nome karinya que todos os índios da Guiana davam aos holandeses). Graças à extensão de suas redes, os Karinya eram os intermediários e os "agentes" favoritos dos holandeses; estes, não obstante, negociavam também com outros grupos: os Lokono que não estavam submetidos aos espanhóis (32) e, sobretudo, as etnias interiores que freqüentemente jogavam contra seus inimigos Karinya: o major SCOTT cita (cf. *supra* p.) os Akawaio, Uapixanas e Serekong como fornecedores dos holandeses, no auge de suas guerras com os Karinya. Seu testemunho se baseia no de um suiço a serviço dos holandeses, HENDRIKSON, que havia capturado e que tinha declarado que, após ter tentado sua sorte no Oiapoque, em 1627, havia sido contratado pela Câmara de Zeeland para se estabelecer na costa da Guiana; a partir de 1637-1638, ele comerciava com esses índios no Rio Parime (Rio Branco), no Alto Essequibo, Alto Mazaruni e Alto Rupununi, até o delta do Rio Negro (33). A famosa comunicação entre a costa e o Amazonas, de um lado pelo Orenoco e o Rio Negro, de outro lado pelo Essequibo e a bacia do Rio Branco, era utilizada bem antes da chegada dos europeus, pois KEYMIS (1596) tinha adquirido através dos Yao (de Trinidad e da costa) e dos Karinya o conhecimento do Rupununi e do Parime e sabia muito exatamente, também por eles, que seriam necessários vinte dias de viagem do estuário do Essequibo até a "*portage*" do Piraia, por onde se passa do Rupununi na bacia do Rio Branco (34). Um outro prisioneiro de SCOTT, MATTESON, que partira em 1655 com os espanhóis à procura do El Dorado, juntou-se aos holandeses do Essequibo em 1661. GROENEWEGEN levou consigo uma expedição de 40 holandeses e 400 índios para refazer essa viagem; atingiram o Takutu, talvez o Rio Branco. A morte de GROENEWEGEN (1664) pôs um fim a esses empreendimentos. No momento (35) em que o comércio dos holandeses se desenvolvia em toda a costa graças aos índios, a caça portuguesa aos escravos se intensificava no Amazonas. Embora cercados pelo norte e pelo sul, os ribeirinhos do Rio Negro não queriam se afastar dos acessos às ferramentas de ferro que lhe vinham do alto dos rios através de seus compadres (*pawana*?) e que não podiam obter a não ser em troca de preciosos colares de conchas (preferidos às pérolas de vidro) que os mascates levavam a outras aldeias onde as usavam em pagamento pelos

Acervo ISA

cativos. O Pe. FRITZ queixava-se de não poder, por esta razão, atrair para a sua missão Yurimagua os índios do Solimões (1691).

O período que vai da metade do século XVII à metade do século XVIII foi particularmente conturbado no Orenoco, onde colonos e missionários espanhóis não avançavam, mas onde os holandeses (mercadores, sem dúvida), na maior parte das vezes acompanhados pelos Karinya do Barama e do Essequibo, fizeram numerosas tentativas de penetração e, sobretudo, de estabelecimento de circuitos de escambo. Vindos do Essequibo, do Berbice e do Corentino, tomavam prisioneiros capturados pelos Karinya (destinados, até então, aos ritos antropofágicos) e ofereciam em troca machados, facas e facões. Os Karinya utilizavam sua própria rede para aumentar as capturas: graças às mercadorias européias que redistribuíam, eles obtinham de seus aliados a cessão de seus cativos. Eles próprios endividados junto aos mercadores holandeses (que deixavam a mercadoria antecipadamente), endividavam seus parceiros aos quais regressavam de ano em ano para buscar o devido pagamento pelos objetos recebidos antes (36). As revoltas dos Karinya locais foram freqüentes, entrecortadas por tréguas negociadas com os espanhóis que lhes permitiam participar das "entradas" em outros grupos, ou patrulhar o rio em nome do governador espanhol, ou continuar suas guerras com seus inimigos "tradicionais", os Cabre, que se recusavam a ficar com eles no circuito do escambo(37). Com a ajuda dos Kalinago/Kaliponam das ilhas, os Karinya entraram em rebelião geral no Orenoco em 1684 e no Guarapiche em 1719. Seja como aliados dos Karinya, seja porque continuavam suas expedições por sua própria conta, os Kalinago/Kaliponam são mencionados com freqüência no Guarapiche, no Orenoco e até em Caiena, onde contribuíram para a instalação dos franceses em 1643, embora estes, ao mesmo tempo, empreendessem caça a seus congêneres na Martinica e em Guadalupe. Depois de 1666, em virtude de um tratado que os franceses e os ingleses lhes impuseram, eles perderam suas ilhas, exceto a Dominique e St. Vincent, embora nesta última a expansão da colonização britânica e o crescimento demográfico dos "*Black Caribs*" (38) os tenha feito desaparecer quase completamente, por extinção ou por emigração, ao longo do século XVIII. Os sobreviventes, com exceção dos que se mantiveram em seu "bastião" da Dominique, se refugiaram no continente, junto aos Karinya do Orenoco. Estes, igualmente dizimados e muito enfraquecidos, efetuaram a partir de 1757, um recuo geral para o alto dos rios, em direção ao sul e ao sudeste.

Pode-se supor, mas infelizmente não se pode provar, que a migração dos Kaliponam os tenha levado a emigrar em todas as Guianas meridionais, do Orenoco ao Amazonas, levados pela caça aos escravos e pela exarcebação dos choques inter-étnicos. Diversos grupos, chamados Caripuna, têm sido assinalados até nossos dias em pontos tão afastados como o Caqueta, o Alto Rio Branco e o Curipi. Varios autores (39) os localizam na região do Médio Amazonas em 1691, do

Acervo ISA

Caqueta em 1737 e 1740, e nas montanhas, entre o Rupununi e o Rio Branco, em 1781-1787. Os documentos descrevem-nos como grandes fornecedores de escravos, que tomam de seus vizinhos e vendem aos holandeses ("*hombres vermejos*"). Em 1784, uma carta do comandante português do Forte de São Joaquim (confluente do Takutu e do Rio Branco) ao governador geral do Pará certifica que os Caripuna acompanhavam um "negro holandês" que "ia e vinha" na província, apoderando-se de mercadoria humana a mando de seus mestres. Este mesmo correspondente parece considerar que Paravilhanos (de língua arauaque, como os Kaliponam insulanos) e Caripuna são uma mesma população, mas suas indicações são pouco precisas. Em 1786, o comandante repete que os Caripuna (e os Macushi) são muito ligados aos holandeses, com os quais comerciam escravos, e que os Paravilhanos-Caripuna (confundidos) vêm do "país dos Atorai", onde teriam massacrado os Uapixanas (40). Em 1787, os Caripuna estão também no Jatapu (afluente do Amazonas, acima do Trombetas), de acordo com NIMUENDAJU, que não identifica sua língua. Um outro grupo, ainda estabelecido no século XX no Curipi (Amapá), é considerado por LOUKOTKA como uma população mestiça de língua tupi ou tupinizada (41). (Encontrei alguns deles em 1980 no Uaça, onde visitavam os Palikur; ignoravam sua origem e só falavam português ou crioulo.) Mera homonímia (42) ou filiação dos Kaliponam aos Caripuna? A questão corre o risco de jamais ser desvendada.

O recuo de 1757 é contemporâneo à visita de inspeção da Comissão das Fronteiras, dirigida por Solano (cf. *supra* p. ...). Este obteve a submissão dos Puinave que viviam em aldeias fortificadas de paliçadas, cercados de fossos lotados de devotos envenenados, guerreiros e canibais, que "dominavam", de acordo com ele, as etnias de diferentes línguas localizadas no baixo dos afluentes do Alto Orenoco: Atabapo, Inirida, Guaviare, Sipapu, Ventuari. Seus rituais antropofágicos estavam prestes a ser abandonados em troca da venda de seus prisioneiros aos holandeses e aos portugueses. Eles não haviam conseguido se impor aos grupos do Cassiquiare e do Rio Negro, onde estavam em competição com os Manao, sustentados pelos portugueses, escreve SOLANO (43). A chegada de SOLANO, os Puinave se encontravam diretamente ameaçados pelos Manao, liderados por seu chefe Yuao, presentes no território dos Manetivitana (cf. mapa) seus aliados e que se preparavam para atacá-los. Ainda de acordo com SOLANO, os Puinave esperavam ao mesmo tempo ser protegidos pelos espanhóis contra seus inimigos e obter, graças a eles, todos os objetos que os portugueses só lhes forneciam em troca de escravos.

Com a entrada em cena dos Manao (ou Manoa), abordo (sem poder desenvolvê-la no âmbito deste artigo) a questão dos encadeamentos de guerras e de trocas a longa distância que corriam em etapas, desde os tempos pré-colombianos, do Alto Amazonas (Ucayalli) até o Atlântico, via Orenoco, Essequibo, Corentino e Trombetas ou Araguari. Sem dúvida, o estabelecimento do escambo europeu e da caça aos escravos

Acervo ISA

nas Guianas trouxe a corrente das trocas e fez, a partir do século XVII - mas sobretudo no século XVIII, uma enorme punção nos grupos "clientes" de mais poderosos do que eles. Alguns, ao contrário, encontraram nela o meio de instituir, ou de reforçar, seu domínio. Tal foi o caso dos Manao, o elo mais importante do Médio Amazonas e do Baixo Rio Negro, cuja organização política hierarquizada permitia a seus chefes desempenhar um grande papel nos contatos (ou atritos) com os europeus, que se bateram pela supremacia e um acesso privilegiado ao tráfico e se chocaram contra rivais como os Karinya, também em guerra com os Puinave e com os grupos do Alto Ventuari e do Alto Caura, "reservatórios" de cativos (44).

Face à aliança dos Puinave e dos espanhóis, dos Karinya e dos holandeses, Yuao, que havia recebido educação cristã em um colégio de Lisboa, julgou útil colocar-se ao lado dos portugueses. A presença de SOLANO e da Comissão, que deixava prever a instalação definitiva dos espanhóis no Orenoco, fê-lo mudar de tática e buscar um parceiro mais vantajoso, menos afastado de suas fontes de abastecimento e menos isolado que os portugueses do Rio Negro. Após ter incendiado sete aldeias portuguesas do Rio Negro e tomado todas suas armas e munições, fez a paz com os Puinave e depois (em 1759) com os espanhóis, presenteando ao próprio SOLANO "uma piroga com cabine, com capacidade para 50 homens, a proa armada com um canhão de campanha, quatro morteiros (pequenos canhões montados sobre um eixo) e uma libra de balas" (45). Esta paz dava aos espanhóis livre passagem para o Brasil, pelas corredeiras dos Ature e dos Maipure controladas pelos índios. Mas ela não durou muito: ao final de 1759, os Manao mais uma vez mudaram sua política e destruíram as aldeias em toda a zona, do Orenoco ao Rio Negro, disputada pelos espanhóis e portugueses; os indígenas foram utilizados por cada uma das nações européias contra a outra; a maioria não sobreviveu a isso (cf. mapa). Em 1763, uma nova capital da Guiana Espanhola foi estabelecida em Angostura, o mais alto possível para impedir as incursões dos Karinya e dos Manao e seus comércios de escravos a mando de, respectivamente, holandeses e portugueses. SOLANO afirma que, a partir de 1764, as expedições "caribes" no Alto Orenoco cessaram definitivamente; com a instalação dos Franciscanos junto aos Puinave e a "redução" das aldeias do curso inferior, a hegemonia missionária em todo o rio foi alcançada. Grupos exterminados pelas caças aos escravos e o agravamento dos conflitos devido à intrusão européia, grupos despojados de suas referências culturais, arrancados de seu modo de vida e de seus territórios, grupos fugitivos, escondidos em lugares ainda inacessíveis aos estrangeiros: era essa a situação no Alto Orenoco no final do século XVIII e assim ela se cristalizará até a época contemporânea.

Desde o início do século XVIII, os Manao tambem se tinham lançado em tentativas de extensão de sua zona de influência ao norte e a leste, a fim de terem um acesso direto ao escambo holandês. Tiveram êxito, em 1714, travando

Acervo ISA

relações "estreitas" com, provavelmente, mercadores que lhes compravam, no Rio Branco, os escravos que capturavam no Rio Negro. Foi dito que o célebre Ajuricaba, chefe Manao à época, içava a bandeira holandesa em suas canoas. Em 1726, os portugueses enviaram uma tropa contra ele, pondo fim à influência holandesa no Rio Branco (47). Os Manao levaram seus esforços até o Essequibo, onde tiveram que enfrentar etnias locais, numa época de intensificação de seus conflitos e de suas rivalidades, e aquelas que, como os Akawaio e os Karinya, tendo assegurado uma posição privilegiada junto aos holandeses, não pretendiam deixar o caminho livre para a concorrência. Após terem feito duas aparições no rio em 1722 e 1723, a guerra aberta eclodiu em 1724 entre eles e os Akawaio. No mesmo ano, foram assinalados no baixo dos rios, onde arrasaram aldeias Karinya e Lokono, vendendo os habitantes que haviam poupado (talvez aos portugueses, certamente não aos holandeses, muito conscientes da necessidade que tinham de não se alienar dos indígenas instalados tão perto de suas plantações, "*source of great advantage for the colony*" (48), pelos lucros que proporcionavam e as operações de policiamento que efetuavam a mando dos colonos e que serão cada vez mais importantes até o final do século).

As agitações do Orenoco repercutiram até o Corentino. Os espanhóis não só obrigaram os Karinya a cessar suas incursões e a recuar para o sul e o leste, mas, buscando estender seus estabelecimentos e suas missões para o Cuyuni e o Mazaruni, provocaram a fuga de grupos ribeirinhos e seu pedido de auxílio aos holandeses, por vezes até aos Karinya (49). O século XVIII, sobretudo em sua segunda metade, aparece como um período de grandes turbulências em todos os rios, entre todos os grupos indígenas, nos jogos políticos coloniais. As flutuações das alianças e a imprecisão dos contornos das redes políticas se movem em reviravoltas permanentes, em movimentos aparentemente desordenados cuja única lógica parece ser a necessidade exacerbada das mercadorias e das armas européias, a eliminação dos concorrentes, a maximização das vantagens oferecidas pela aliança dos holandeses; em resumo, um fantástico crescimento da dependência dos indígenas e uma degradação da relação entre sua visão do mundo, seu modo de vida e sua relação com o outro. Não tenho nenhum dado quantitativo que me permita uma estimativa demográfica, mas as caças aos escravos, a freqüência e a intensidade das guerras com armas de fogo, a provável continuação das devastações epidêmicas deixam supor um declínio quase tão importante nas etnias do interior quanto nas do litoral. Insistiu-se muito, em etnologia contemporânea, nas diferenças <u>ecológicas</u> entre meios costeiros, das savanas e das florestas das Guianas e estabeleceram-se classificações das etnias indígenas, ao mesmo tempo geográficas e tipológicas, <u>em função</u> dessas diferenças e dos modos de vida a que elas levam. A história nos ensina que, se alguns grupos são efetivamente muito ligados a *habitats* específicos (os Warao nos pântanos do

Acervo ISA

litoral e dos deltas, os Lokono nos estuários), outros, mesmo que em nossos dias se tenham fixado na Grande Savana ou nas terras altas, se moveram bastante de um rio a outro, dos cursos superiores aos inferiores. Se não eram todos, a exemplo dos Karinya e dos Akawaio, ocupantes simultâneos ou sucessivos de *habitats* bastante diversificados (da costa às terras altas, no caso dos primeiros; da parte inferior dos rios à Grande Savana, no caso dos segundos), estavam todos, até a grande ruptura da virada do século XIX, em contatos mútuos e prolongados pela guerra e os ataques a longa distância, familizarizados, portanto, com as diferentes zonas do território guianês.

As desordens, as exarcebações das lutas indígenas e a acentuação do declínio de suas redes políticas (sobretudo na segunda metade do século XVIII) são evidentemente as conseqüências das políticas coloniais, das rivalidades entre potências e das crescentes pressões econômicas. Até sua derrota na Europa, pela Inglaterra, os holandeses, como já foi dito, foram preponderantes pela extensão de seu território e, sobretudo, pelos lucros que extraíam de suas plantações e de seu comércio, graças às suas manipulações dos grupos indígenas.

O francês BELLIN (50), engenheiro naval, fez em 1763 uma descrição e mapas das colônias européias nas Guianas. Percebe-se aí (pelos desconhecimentos geográficos) quantas delas tinham ainda fronteiras incertas, principalmente as dos espanhóis que se encontravam ao longo do Orenoco e, na costa, até o Poomeron, mas cujos estabelecimentos no interior eram fracos e espalhados. Por outro lado, os holandeses estavam solidamente implantados em toda a costa, do Poomeron ao Maroni (limite da possessão francesa), exploravam e extraíam lucro das bacias do Essequibo (51), do Rio Branco e mesmo do Alto Orenoco e do Rio Negro, apesar da presença portuguesa, reconhecida por tratado, em "todo o norte do rio das Amazonas até a altura do Cabo Norte " (52). Toda esta região, do Alto Ventuari e Alto Caura até o Corentino e Trombetas, não era então nem *terra incognita* nem colonizada: era utilizada e penetrada pelas mercadorias européias mais preciosas e privada de um grande número de seus habitantes, em função das relações de força entre grupos indígenas.

O governo de Laurens Storm van GRAVESANDE (53), diretor geral do Essequibo de 1738 a 1772 a mando da Companhia Holandesa, marca o apogeu da influência de seu país, graças à execução de uma política deliberada que necessitava do apoio dos indígenas. Jogando com seus conflitos e suas competições, ele se serviu deles (principalmente dos Karinya e dos Akawaio), ora fazendo com que se aliassem, ora deixando que entrassem em guerra (54) para:

1) conter os espanhóis no Cuyuni, onde os Karinya, tendo sofrido a deportação de muitos deles para a Flórida, estavam decididos a se vingar;

2) montar milícias armadas contra os escravos revoltosos ou fugitivos (55);

Acervo ISA

3) obter, a baixo preço, redes, produtos artesanais e florestais (urucum, oleo de carapa e de capaiba, *woodletter*) e escravos indígenas, sobretudo mulheres e crianças, que constituiam não a mão-de-obra (esta era negra) das plantações, mas a criadagem doméstica dos plantadores. (A escravidão indígena foi freqüentemente minimizada porque os índios não eram "bons trabalhadores" e porque, acredita-se, os colonos logo se desinteressaram deles. Na verdade, as crianças eram procuradas para serem "educadas" para o trabalho desde a mais tenra idade, e as mulheres para servir, de varias maneiras ... Nas Guianas, a escravidão dos indígenas foi muito importante durante todo o período colonial, pelo menos...)

Em troca pela distribuição, freqüentemente importante, de ferramentas de ferro, de armas e de munições, os índios, lançados uns contra os outros, haviam se tornado, sob GRAVESANDE, "engrenagens importantes da máquina governamental" (56) cujo governador escrevia em 1765 "que havia toda vantagem em se fazer deles amigos e todo inconveniente em se fazer deles inimigos". Assim, os holandeses deixaram em várias oportunidades, entre 1722 e 1763, os Manao se aproximar de seus postos na esperança de que, através deles, obteriam escravos dos territórios portugueses e teriam acesso a fabulosas minas de diamantes, de cuja existência acreditavam que os Manao tivessem conhecimento. Diante da oposição feroz dos Karinya e dos atritos com os Manao que se seguiram, Gravesande tentou obter a "amizade" de ambos os lados, esperando "com sangue frio que eles se matassem uns aos outros" (57). Os Manao foram eliminados da Guiana Holandesa.

A atividade dos mascates contribuiu igualmente para o enriquecimento da colônia e para as graves perdas sofridas pelos indígenas. Unicos não-índios a freqüentar de muito longa data todas as zonas recuadas e todas as bacias fluviais, guiados pelos índios (por exemplo, pelos Macushi, no Alto Essequibo (58)), falando no mínimo uma língua indígena, esses mercadores ambulantes eram em geral negros (cf. *supra* p. , o "negro holandês") ou mestiços. Alguns desses regatões trabalhavam por conta própria, outros eram regularmente empregados pela Companhia que, todavia, apenas lhes concedia um *status* bastante ambíguo. Suas missões deviam permanecer clandestinas e suas rotas secretas, por medo da concorrência e dos conflitos com as autoridades dos territórios prospectados (os mercadores da época de Gravesande iam, pelo Rupununi e pelo Rio Branco, até as missões portuguesas (60). Suas rotas nunca são citadas na correspondência da Companhia, que só menciona em termos vagos as regiões percorridas (61).

Sua familiaridade com os índios não impedia que lhes impusessem violências tão grandes que foram levadas ao conhecimento de Gravesande. Este, em um relatorio de 1750 sobre o estado da colônia, escrevia que os mercadores abusavam das mulheres, raptavam adultos e crianças, atacavam

Acervo ISA

aldeias, sem deixar outras provas que não o testemunho dos índios, "que moram muito longe para vir até os holandeses e em cujas queixas [de todas as maneiras] nunca se acredita". Em conseqüência, o governador naquele ano interditou o Alto Essequibo aos comerciantes itinerantes. Mas a Corte de Justiça do Essequibo, julgando seus empreendimentos necessários ao comércio, ordenou a Gravesande que reabrisse o rio ao tráfico, que continuou a ser acompanhado das mais extremas brutalidades (62). O governador, reportando a descoberta de um cadáver indígena, com marcas de golpes e de cordas, boiando no Alto Demerara, constatava, ainda em 1771, "que não era surpreendente que os índios tivessem fugido e que o Alto Demerara estivesse despovoado (sublinhado por mim, S.D.) (63).

O FIM DAS REDES E A RUPTURA DAS COMUNICAÇÕES

A queda demográfica sofrida por todos os ameríndios é bastante conhecida. Na Guiana Ocidental, até o Amazonas, ela foi certamente muito amplificada ao longo dos séculos XVII e XVIII pelos acontecimentos que acabo de descrever. Apesar deste processo bastante acelerado, no decorrer do qual os politicamente mais fracos desapareceram primeiro, a guerra entre os grupos dominantes atingiu seu ponto mais violento no século XVIII. Na metade do século pode-se, esquematicamente, distribuir os conflitos inter-étnicos da seguinte maneira:

- no Médio Orenoco e seus afluentes, uma rede centralizada nos Puinave se choca com os Karinya a leste e com os Manao a sudoeste (cf. *supra* p.);
- uma outra rede, constituída em torno dos Paravilhanos (de língua arawak), supostos aliados dos Manao, controla o Rio Branco e seus afluentes; os Karinya atacarão os "aliados" no Mahu em 1769, provocando a fuga dos Paravilhanos ribeirinhos em direção aos Uapixanas da Grande Savana (64), embora
- estes estejam enfrentando as agressões Manao que os obrigarão, no mesmo ano, a abandonar durante a noite suas aldeias da savana para se refugiarem nos rochedos e falésias. Pode-se supor que estas agressões sejam provocadas pelo desejo de se apossar das mercadorias européias às quais os Manao nessa época não tem mais acesso no Essequibo e das quais os Uapixanas, habituados a serem providos, serão por sua vez privados (talvez em conseqüência, também, de sua guerra com os Macushi), de acordo com suas queixas ao governador (65);
- os cursos médios dos rios que correm para o Atlântico (Cuyuni, Mazaruni, Essequibo, Demerara, Berbice, isto é, toda a zona entre o litoral e as terras altas) são asperamente disputados entre Akawaio e Karinya, que só cessam de se bater para se aliar aos holandeses, sem deixar de atacar suas plantações, no caso dos Akawaio (66). A intensidade e a duração das guerras entre esses dois povos

Acervo ISA

(como entre os Karinya e os Manao) deveram-se provavelmente à sua competição pelos favores dos holandeses.

Vimos que no decênio de 1760 a rede dos Fuinave foi desmantelada, os Manao perderam a maior parte de seus aliados ou subordinados e foram eliminados, provavelmente não sem grandes perdas, dos territórios controlados pelos holandeses. Apesar de sua energia, os Karinya tiveram cada vez mais dificuldades para atingir o Orenoco e a bacia do Amazonas e restringiram suas atividades à parte setentrional e baixa da Guiana Ocidental. No momento (1796) em que os holandeses tiveram que ceder a região aos ingleses, as populações indígenas, muito diminuídas e enfraquecidas, já não se lançavam nas expedições à longa distância. Os mascates, súditos do governo holandês, cessaram seus empreendimentos longínquos, por não poderem manter suas atividades junto às novas autoridades. O governador inglês recusou-se a reconhecer as "dívidas" contraídas junto aos Karinya; recusou-se igualmente a conceder qualquer recompensa aos antigos "amigos" dos holandeses por seus servicos prestados (67).

Sem dúvida, foi na virada do século XIX que se instalou uma situação que, a seguir (como escrevia no início deste artigo), foi considerada como original, secular, imóvel.

Na verdade, as redes políticas do século XVI sem dúvida pré-colombianas), constituídas <u>por</u> e <u>para</u> a guerra de captação de identidades, os rituais e as trocas, em torno de <u>homens eminentes</u> capazes de reunir fortes parentelas e clientelas, se transformaram profundamente a partir do século XVII. As relações flutuantes que faziam emergir, se manter e desaparecer os chefes de guerra e suas clientelas em benefício de outros chefes semelhantes e de outras clientelas, foram substituídas por relações de força desequilibradas entre os grupos indígenas, causadas pela supremacia dos que tinham acesso às mercadorias e ao tráfico europeus, e que criaram redes totalmente diferentes em sua natureza e sua forma. Estas desapareceram por sua vez com o desaparecimento dos grupos, ou de sua diminuição, ou ainda, em função das mudanças da política colonial, com o fracionamento e o isolamento crescentes das sociedades indígenas que, todavia, mantiveram através das vicissitudes da história um notável circuito de trocas de bens através de toda a Guiana Ocidental interior.

Acervo ISA

NOTAS

(1) S. DREYFUS, 1983-1984.

(2) *"Indépendance et exogamie", in* P. CLASTRES 1974: pp 43-68. Lembremos que P. CLASTRES considerava que os Tupi-Guarani do século XVI, de densidade populacional relativamente elevada, trabalhados pela emergência de um poder político "separado", constituíam uma exceção, o que não creio.

(3) "seu isolamento secular permitiu [aos Yanomami], sem dúvida a última grande sociedade primitiva do mundo, viver até hoje como se a América não houvesse sido descoberta (sublinhado por mim, S.D.); *in* P. CLASTRES 1980 : p.175.

(4) P. RIVIÈRE 1984.

(5) já casado com uma índia Karinya, com a qual tinha um filho, o qual será encarregado do posto holandês no Demerara. Diferentemente das concubinas, mais ou menos temporárias, às quais os outros europeus só atribuíam um *status* inferior, as mulheres índias eram freqüentemente consideradas (se já não o fossem legitimamente) como as esposas dos holandeses, para grande escândalo dos espanhóis, que se queixavam à Corte da Espanha (reclamações de 1637) das relações privilegiadas que essas uniões favoreciam com afins indígenas.

(6) Os ilhéus das Pequenas Antilhas, **de língua arawak**, se autodenominavam **Kaliponam** em sua língua maternal. Mas na língua de escambo (espécie de "pidgin") que utilizavam no continente em suas relações com as etnias locais os homens se identificavam como **Kalinago**, aproximando-se assim de seus aliados tradicionais de língua caribe, os Kalinya (ou Karinya) - conhecidos na Guiana Francesa sob o nome de Galibi -, com os quais os autores antigos os confundiam. Apenas muito recentemente a utilização antropológica restituiu aos Karinya sua auto-denominação e reservou a palavra **karib** à designação de uma família linguística e de seus membros. Na grande maioria dos casos, os "Carib" guianeses (de terra firme) da literatura são mais precisamente os Karinya.

(7) EDMUNSON 1901: p.669.

(8) WILLIAMSON 1923: pp. 53 e 60, que assinala, entre outros empreendimentos, o de Thomas ROE (1609-1610), que subiu o Amazonas de sua embocadura até a confluência

Acervo ISA

com o Tapajós. Retrocedendo e seguindo ao longo da costa até o Orenoco, ele encontrou em sua chegada a Trinidad, em 1611, quinze barcos ingleses, holandeses e franceses carregados e tabaco, principal mercadoria e exportação para a Europa na época.

(9) Na Guiana, dá-se o nome de *"portage"* a uma passagem entre dois rios ou duas bacias fluviais suficientemente estreira e curta para que se possa atravessá-la a pé, carregando canoas e bagagens. Essas *"portages"* são conhecidas e frequentadas há tempos imemoriais pelos índios e facilitam a comunicação entre os rios que se lançam no Atlântico ao norte e no Amazonas (através de todos os seus afluentes e sub-afluentes da margem esquerda, do Rio Negro ao Jari).

(10) BARALT 1939, p.295.

(11) United States Commission..., Vol. II, pp 308-309.

(12) BRETT 1868: pp 50-52.

(13) U.S. Commission..., Vol. V, Appendice 1, p. 11.

(14) ideológica, ou que se refere à ideologia, entendida aqui no sentido de "todo sistema de idéias e de valores" que lhe dá L. DUMONT 1978: XVIII, 3-4, p.83.

(15) cf., entre outros, D. THOMAS 1972 e A. BUTT COLSON 1973

(16) Traduzido por "mercador", "compadre", "amigo" pelo Pe. BRETON em seu Dictionnaire François-Caraïbe, pp 73-74.

(17) D. THOMAS 1982: p. 124: *"a basic concept is the word pawana meaning 'in a trading relationship'.. pawanaton, trading people".*

(18) Rodrigo de NAVARETTE (1570-1575) *in:* Relaciones Geográficas de Venezuela, 1964: p.223. Tratando-se de prisioneiros capturados pelos Arawak, R. de NAVARETTE escreve: *"Los contratan con otras naciones que ellos tienen por amigos"*, ou então, *"Los casan con sus hijas e hijos e les vuelven aruacos".*

(19) PELLEPRAT 1655, ROCHEFORT 1658, S. DREYFUS 1983-1984.

(20) SPARREY *in* PURCHAS 1905-1907 (1625): p. 306.

(21) PELLEPRAT, op.cit., p. 154: *"Lettres des PP. GRILLET et BECHAMEL"* (1674), *in* MONTEZON 1857: p. 224. LOMBARD 1928: p.49.

(22) A. de HUMBOLDT 1814: Vol. II: pp 481-481. Comparar este papel comprovado de grupos Yanomami nos circuitos de

Acervo ISA

troca no início do século XIX e a citação de CLASTRES, *supra* nota n. 3.

(23) Sieur de GOMBERVILLE, citado por BOOMERT 1983: nota 63.

(24) O que, de acordo com os termos da Cédula do Rei de Espanha de 1511, tornava lícita sua redução à escravidão e a de todos os canibais, a eles assimilados.

(25) Mercenário inglês que foi recrutado por Lord WILLOUGHBY governador de Barbados, para defender a colônia que este último estabeleceu na embocadura do Surinam a partir de 1651. A Paz de Breda (1668) marcou o fim desta tentativa e atribuiu o Surinam aos holandeses. O major SCOTT deixou relações bem informadas sobre o estado das ilhas de Tobago e Trinidad e sobre a Guiana entre 1651 e 1665

(26) Os Semicorais foram identificados como Serekong, pertencentes, como os Akawaio, ao conjunto Kapon de língua caribe (GRAVESANDE 1911): p. 609, SCHOMBURGK 1840, A.BUTT COLSON 1983-1984, p. 92). Os Shawhauns foram identificados como Uapixana (*Introduction à GRAVESANDE, op.cit.* : p. 176, nota 2) cujo nome significaria pessoas (=*shana*, *tyan*, *tana*, nas línguas arawak da Guiana) do Guaypes ou Vaupes (*Introduction à GRAVESANDE, ibid.*). HUMBOLDT escreve: "os Guaypes (ou Vaupes) viviam nas planícies do norte do Amazonas na metade do século XVI", t. II, p. 697, 1@ ed.

(27) cf. LEVI-STRAUSS 1984: p. 143.

(28) em 1613, implantação inglesa em Trinidad, graças ao apoio dos Karinya que ajudam os colonos a abrir plantações de tabaco, A.G.I. Sinancas, f. 154. No mesmo momento (1613-1614), no delta do Orenoco, os Karinya e os Arawak se batem em campos europeus opostos (A.G.I.Indiferente general, f. 216; Boyer du PETIT PUY 1654, p.246

(29) *U.S. Commission...*, Vol. II, p. 149.

(30) EDMUNSON 1904: pp 8-10.

(31) EDMUNSON 1901: p. 662; *Ashmolean Ms...*

(32) SLOANE Ms. (J. SCOTT), ...

(33) BGB-Br, Vol. II, "*Question...*", pp 19-20.

(34) Citado por EDMUNSON 1904: p. 8.

(35) Storm van GRAVESANDE, *op.cit.*, *"Introduction"*, p. 19 (por volta de 1673).

(36) P. GUMILLA 1740, t. II: p. 73.

Acervo ISA

(37) Os acontecimento havidos no Orenoco nos séculos XVII e XVIII entre Karinya e europeus foram reportados por CIVRIEUX 1976 e WHITEHEAD Ms. 1983, de quem muito tomei emprestado, notadamente: CIVRIEUX, pp 894-907 e WHITEHEAD Cap. II e III. Cf. também BARALT 1939: p. 295; em 1720 os Karinya são vencidos pelos Cabre, no Caura.

(38) Mestiços de Kaliponam e de Negros marrons, os "*Black Caribs*" foram deportados pelos ingleses em 1797, da ilha de St. Vincent para Honduras Britânica (hoje Belize) onde se estabeleceram definitivamente. Eles conservaram até os dias atuais a língua arawak (despojada dos empréstimos léxicos tomados aos Karinya) dos Kaliponam, cuja autodenominação guardaram igualmente: Garifuna (= Kaliponam) e, no singular, Garinago (= Kalinago).

(39) O Pe. FRITZ, citado por A. BUTT COLSON e J. MORTON 1982 p. 212; os Pes. MARONI e MAGNIN, citados por I. BELLIER 1986 (inédito): p. 42, que falam do Caqueta e do rio Huatiia (?) "rio dos Viracocha e dos Caripuna" onde os índios negociam com os "homens vermelhos" (*hombres vermejos*).

(40) BGB-Br, Vol. II, *"Question..."* : pp 41-42 e BGB-Br, "*Annexe au Vol. IV*": p. 31.

(41) NIMUENDAJU 1981: p. 49, LOUKOTKA 1968: p. 114.

(42) Um exemplo talvez seja o caso dos Caripuna do Madeira e das fontes do Beni, ligados à família linguística pano, cf. LOUKOTKA e NIMUENDAJU, *op.cit.*, *ibid*.

(43) SOLANO 1758: pp 12-16, 23.

(44) SOLANO, *op.cit.*: pp 24-25.

(45) *Ibid*., pp 25, 35-

(46) S. V. GRAVESANDE, *op.cit.*, *"Introduction"*, pp 70-80, 176, 187.

(47) BGB-Br, Vol. II, *"Question..."*

(48) BGB-Br, *"Appendice au Vol. II"*, p. 2.

(49) cf. *U.S.Commission...*, Vol. II: p. 454 e seguintes, para a fuga para o Essequibo dos Karinya do Mazaruni, em 1769, e GRAVESANDE, *op.cit.* p. 312 que relata que, em 1755, os Panacay do Cuyuni se aliaram aos Karinya e que seu chefe veio, em 1755, lhe propor sua ajuda contra os espanhóis.

(50) BELLIN 1763.

Acervo ISA

(51) Estabelecidos de "maneira permanente" no Essequibo até as corredeiras do Antaka e, no Cuyuni, até sua confluência com o Curuma, *in* U.S.Commission..., vol. II, pp 201-202, e vol. V, Apêndice I, p. 11.

(52) BELLIN, *op.cit.*, p. 244.

(53) As correspondências, relatórios e textos oficiais da época do governo de Laurens Storm van Gravesande foram publicados sob o título *The Rise of British Guiana* 1911 com uma volumosa introdução dos compiladores C.A.HARRIS e J.A.J. de VILLIERS. Utilizei também os numerosos volumes, publicados em 1878 e 1903 apresentando os argumentos opostos da Venezuela, do Brasil e do governo britânico em seus litígios fronteiriços. Os volumes citados aqui (cujos títulos completos figuram na bibliografia) são designados nas notas pelas iniciais BGB (*British Guiana Boundaries*), seguidos de Br. (volumes britânicos) e das primeiras palavras do título do volume, cf. *supra* notas 11, 13, 29 e 49. Os documentos publicados pela comissão de arbitragem norte-americana são citados sob o título abreviado: U.S.Commission... (título completo na bibliografia), cf. *supra* notas 33, 40, 47 e 48.

(54) BGB-Br., Apêndice ao Vol. II, 104-105.

(55) GRAVESANDE, *op.cit.*, p. 207, escreve em 1744: *"the Chief of the Indians [of the Barima River] ... has offered to become responsible to me for all the runaway slaves of the Colony"*. Em 1755, os plantadores do Essequibo, do Demerara e do Mazaruni, apelaram aos Karinya para repelir os ataques dos Akawaio, mas em 1763 a grande revolta dos escravos negros do Berbice foi reprimida por uma tropa mista Akawaio/Karinya, armada e dirigida pelos holandeses, cf. GRAVESANDE, *op.cit.*, Introdução, pp 85-89.

(56) GRAVESANDE, *op.cit.*, Introdução, p. 83.

(57) *Ibid.*, p. 85.

(58) BGB-Br, Apêndice ao Vol. II, p. 89.

(59) *"Private trader was subject of the Dutch Government"*, BGB-Br., *"Annexe au Contre-Mémoire"*, p. 112.

(60) GRAVESANDE, *op.cit.*, Introdução, p. 76.

(61) BGB-Br., "*Annexe ...*", *ibid.*, *U.S.Commission...*, vol.I, p. 204.

(62) GRAVESANDE, *op.cit.*, p.250.

Acervo ISA

(63) *Ibid*., p. 641.

(64) GRAVESANDE, *op.cit*., p. 473; BGB-Br., vol. II, "*Question...*, p. 38.

(65) BGB-Br., Apêndice ao Vol. II, p. 89; *ibid*., vol. II, "*Question...*, p. 38; GRAVESANDE, *op.cit*., pp 180, 618.

(66) BGB-Br, Apêndice ao vol. II, pp 104-105.

(67) para consultar mais tarde